



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0000218-22.2017.8.26.0555
 Classe - Assunto: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins
 Documento de Origem: CF, BO, IP-Flagr. - 1782/2017 - Delegacia Seccional de Polícia de São Carlos, 3234/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 178/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: BRUNO VIEIRA SOBRAL

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Aos 18 de janeiro de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência da MM. Juíza de Direito Dra. **LETÍCIA LEMOS ROSSI**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Marco Aurélio Bernarde de Almeida, Promotor de Justiça, bem como o réu **BRUNO VIEIRA SOBRAL**, devidamente escoltado, acompanhado do Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Edson Francisco da Cruz e Claudinei Moraes da Silva e o réu foi interrogado, tudo em termos apartados. A colheita de toda a prova (depoimentos das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução a MM. Juíza determinou a imediata realização dos debates, sendo que o Dr. Promotor e o Dr. Defensor manifestaram-se oralmente, tudo gravado em arquivo multimídia no sistema SAJ. Em seguida a MM. Juíza proferiu a seguinte sentença: **VISTOS. BRUNO VIEIRA SOBRAL** (RG 49.809.543-5), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia 03 de novembro de 2017, por volta das 21h52min, na Rua Orlando Perez, nº 476, São Carlos III, nesta cidade e comarca, BRUNO, guardava, para fins de mercancia, 24 porções de cocaína, substância entorpecente que determina dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Consoante apurado, policiais militares realizavam patrulhamento de rotina pelo local dos fatos, conhecido ponto de venda de drogas, quando avistaram o denunciado cercado de outras pessoas mexendo em uma lata de lixo em atitude suspeita. Ao perceberem a aproximação da viatura policial referidas pessoas partiram em fuga, porém logo a seguir BRUNO foi detido. Instado pelos milicianos, o indiciado admitiu que estava ali para vender drogas, bem como que na lixeira acima mencionada estavam acondicionadas algumas porções de drogas, confissão esta reiterada em solo policial. Uma vez no local apontado os policiais encontraram vinte e quatro porções de cocaína, justificando a prisão em flagrante delito de BRUNO. O réu foi preso e autuado em flagrante, sendo esta prisão convertida em prisão preventiva (págs. 70/71). Expedida a notificação (pág. 135), o réu, através da Defensoria Pública, apresentou defesa preliminar (págs. 139/140). A denúncia foi recebida (pág. 141) e o réu foi citado nesta data. Nesta audiência, foram inquiridas duas testemunhas de acusação, sendo o réu interrogado ao final. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu a concessão de benefícios na aplicação da pena. Em síntese, o **RELATÓRIO. DECIDO**. Atribui-se ao acusado a prática do delito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

previsto no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06, assim porque guardava, para fins de mercancia, 24 (vinte e quatro) porções de cocaína, substância entorpecente que determina dependência física e psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Conquanto incontroversa, a materialidade do delito vem comprovada no laudo de exame químico-toxicológico encartado a fls. 33/35, identificando na substância apreendida como cocaína. A autoria também é certa. O acusado confessou que levava a droga para o ponto de venda em troca de R\$ 50,00. A confissão é condizente com o depoimento dos policiais militares ouvidos nessa ocasião que declaram que estavam em patrulhamento em local conhecido como ponto de venda de drogas quando avistaram alguns indivíduos próximos a uma lixeira. Ao se aproximar, os demais fugiram e conseguiram abordar o acusado que admitiu estar passando o ponto de drogas para outra pessoa, indicando que o entorpecente estava dentro da lixeira. Nada mais de ilícito foi encontrado. Deste modo, os elementos probatórios colhidos permitem o acolhimento da pretensão acusatória, porquanto dúvida não há sobre o fato de que o entorpecente apreendido pertencia ao acusado, destinado que estava ao comércio ilícito. Isso considerado, passo à dosagem da pena. Considerando o disposto no artigo 59 do Código Penal, devida a fixação da pena-base no mínimo legal de 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. No entanto, a pena cominada deverá ser reduzida em 2/3 (dois terços), por força do disposto no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/06, uma vez que o acusado é primário, não registra antecedentes, tampouco havendo prova específica de que se dedica a atividades criminosas ou integra organização criminosa, totalizando 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e pagamento de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, no valor unitário mínimo, em razão da situação econômica do acusado. Para o cumprimento da pena, fixo regime inicial aberto, por força do artigo 33, §2º, “c”, do Código Penal, considerando não se tratar de crime hediondo, segundo entendimento pacífico dos Tribunais Superiores. Ante o exposto e o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão acusatória e, com fundamento no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/06, **CONDENO** o acusado **BRUNO VIEIRA SOBRAL** à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, em regime aberto, e pagamento de 166 (cento e sessenta e sete) dias-multa, no valor unitário mínimo, corrigido desde a época do fato. Em razão do regime fixado, expeça-se alvará de soltura em favor do acusado, que poderá recorrer em liberdade. Oportunamente, promova-se o registro da condenação definitiva no sistema informatizado da serventia, comunicando-se o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (I.I.R.G.D.). Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Autorizo a devolução do celular ao réu ou a familiar do mesmo. Destrua-se a droga apreendida, caso não tenha sido tomada esta providência anteriormente. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, _____ (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a): (assinatura digital)

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):